

Superior Tribunal de Justiça

**RCD no AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.814.264 - SP
(2019/0142313-4)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
REQUERENTE : ELZA MARIA MENDONCA COUTINHO
ADVOGADOS : RENATA NUNES GOUVEIA ZAKKA - SP166925
CLAUDIA MARA BARBOSA DA SILVA - SP309619
VITOR MAGALHÃES DA SILVA - SP386530
REQUERIDO : COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
ADVOGADOS : GUILHERME TILKIAN E OUTRO(S) - SP257226
ANDRE MUNTOREANU MARREY - SP255006
NATALIA GNAZZO CORVELO - SP347213

DESPACHO

Vistos etc.

ELZA MARIA MENDONÇA COUTINHO requer seja reconsiderado o acórdão que negou provimento ao agravo interno e a condenou ao pagamento de multa de 1% sobre o valor atualizado da causa.

É o breve relatório.

Decido.

O pedido não pode ser conhecido.

"É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de não ser cabível pedido de reconsideração contra decisão proferida por órgão colegiado, em virtude da ausência de previsão legal e regimental" (RCD no AgInt no AREsp 1303558/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 15/05/2019).

Ademais, restou descumprido o disposto no art. 1.021, § 5º, do CPC ("A interposição de qualquer outro recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista no § 4º").

Ante o exposto, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito Privado para que certifique o trânsito em julgado do acórdão de e-STJ Fls. 706-714 e proceda a baixa dos autos, independente de publicação.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

